

FAO Country Programming Framework for Cape Verde (2012-2016)

1. Since 1976, the Food and Agriculture Organisation (FAO) has been cooperating with Cape Verde in terms of providing technical and operational assistance in the areas of agriculture, fisheries, forestry, food security, communication for development and institution building. The 2012-2016 Country Programming Framework (CPF) aims at building on the past support provided to Cape Verde in meeting the Millennium Development Goals and its essential objectives of sustainable agriculture and rural development. In this context, the CPF offers a forward-looking perspective regarding FAO-Government collaboration for the identification and implementation of initiatives with an innovative technological, best-practice and evidence-based focus on the development of the agricultural and rural sectors to enhance food security and reduce poverty.
2. The CPF sets out five priority areas for FAO's medium term assistance that were designed in close collaboration with the Government, involving notably the Ministries of Rural Development (MDR), Infrastructure and Marine Economy (MIEM), Education and Sports (MED), Environment, Housing and Territorial Planning (MAHOT), and Finance (MF) – as well as a number of key NGO and civil society stakeholders. Moreover, the CPF provides a programmatic alignment with the National Agricultural Investment Plan (2010-2015), the Government Programme (2011-2015), the Growth and Poverty Reduction Strategy III (DECRP 2012-2016) and the UNDAF/One UN Programme cycle (2012-2016).
3. The five priorities that result from the above consultation process with national counterparts are consistent with FAO's sub-regional and regional priorities and are described as follows:
 - **Improve food availability** at national level, with particular emphasis given to the increase of productivity and the diversification of agricultural production, through the introduction of innovative technologies (e.g. hydroponics and shaded crop/greenhouse production systems, use of wastewater and grey-water in irrigation systems; development of aquaculture/aquaponics, artificial insemination, fruit production, etc.), the development and strengthening of agricultural support services (e.g. sanitary control, pest and disease control, etc.) and the reinforcement of capacities to design and implement policies and plans for the management of natural resources, particularly land, forests and fisheries.
 - **Enhance access to food** through the development of agricultural markets, trade and agro-processing, with a focus on the domestic trade of food and agricultural produce, the reduction of post-harvest losses, the improvement of agro-processing and agro-industry (e.g. enhancing intra- and inter-island agricultural marketing and trade; providing appropriate, multifunctional, infrastructure to facilitate produce handling and storage; assisting value chain development) and the promotion of food quality through the enhancement of the legal and operational framework of the national food safety system.
 - **Stabilize food supply** through improved disaster risk management, with a focus on the development of national capacity to analyze and manage disasters as well as to adapt to climate change and risks, including environmental risks.
 - **Support food security programmes** to enhance household food and nutritional security as well as the right to food, with a focus given to reinforcing the capacity to implement the National Food Security Strategy (ENSA) and the strengthening of nutritional education and interventions *inter alia* through the National School Feeding Programme (PNAE).
 - **Provide regulatory, political and institutional support** to public and private sector with a particular focus on capacity building - at both central and local level - for the assessment, formulation and harmonization of agricultural policies and investment plans, the dissemination and adoption of international standards

and best practices, including those aimed at the sustainable use of natural resources, and the ratification and implementation of protocols and international conventions. as well as a focus on cross-cutting issues relevant to agriculture, natural resource management, rural development and food security, including agricultural statistics, the promotion of women rights to land and natural resources and the integration of HIV / AIDS issues in national strategies and programmes.

4. The total estimated resource/financial requirement for the implementation of the CPF over the 2012-2016 period is USD 14.997.000, out of which FAO is expected to provide USD 5.927.000 (some 40%) through existing and ongoing global, regional and sub-regional projects, including FAO's Technical Cooperation Programme (TCP). The balance of USD 9.050.000 (some 60%) needs to be mobilized by FAO and the Government in cooperation with external development partners. The total CPF resource requirement represents an indicative cost based on approved budget projections for on-going support programmes as well as provisional estimates for pipeline programmes.

5. By endorsing the CPF 2012–2016, the Government of Cape Verde is committed to providing its full collaboration in terms of mobilizing resources and making capacity available to facilitate the achievement of the objectives and activities proposed in this joint programming document.

6. The CPF will be pursued in partnerships as broad as possible and in alignment with the joint efforts of the Government of Cape Verde, the UN system and the development partner community for enhanced coordination and aid effectiveness. The Government of Cape Verde and FAO look forward to seeking collaboration and support from concerned partners *vis-à-vis* the successful implementation of the CPF.

ANEXO 2

FAO Cabo Verde - CPF 2012 – 2016: Objectivos e Actividades Prioritárias

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
<p>Disponibilidade de alimentos ao nível nacional melhorada em função de aumentos da produção e produtividade agrícola</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentada produtividade e a produção de alimentos para o mercado doméstico ▪ Melhorada, alargada e descentralizada a prestação de serviços de apoio à agricultura 	<p>Produção Agrícola e Protecção Vegetal</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a introdução de técnicas de intensificação e diversificação da produção agrícola (hidroponia e culturas protegidas) ▪ Apoiar o desenvolvimento de horticultura e produção frutícola, em particular em áreas urbanas e peri-urbanas (e em hortas escolares) ▪ Promover a utilização de sementes melhoradas e reforçar a capacidade do MDR no controle da qualidade e certificação de sementes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas cultivadas em hidroponia e culturas protegidas. Baseline (2011): 3 ha; Meta (2016): 10-15 ha. ▪ Produção de hortícolas (em toneladas) de pequenas e médias explorações agrícolas. Baseline (2011): 20 – 25.000 tm; Meta (2016): 40.000 tm. ▪ Percentagem das explorações agrícolas (pequenas e médias) que utilizam sementes melhoradas. Baseline (2011): 5 – 10%; Meta (2016): 20%.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistir o MDR, o MIEM, o MTIE, a ARFA e outros na consolidação e coordenação do sistema de controle sanitário ▪ Consolidar mecanismos nacionais e sub-regionais de combate às pragas e doenças 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de autorizações fitossanitárias de importação emitidas. Baseline (2011): 794; Meta (2016): 500. ▪ Número de inspectores sanitarios e fitossanitarios formados e em actividade, Baseline (2011): 31 (18 fitossanitarios e 13 zoossanitarios); Meta (2016): 31 ▪ Número de laboratorios nacionais de apoio à inspecção e controlo instalado e em funcionamento. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 1
		<p>Irrigação e Gestão da Água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o país na implementação de técnicas para tratamento e utilização de águas residuais na agricultura, e na difusão de novas tecnologias de rega. ▪ Apoiar na introdução de mecanismos de organização e manutenção de esquemas de irrigação por associações de utilizadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Areas de explorações agrícolas que utilizam águas residuais na irrigação: Baseline (2011): 70 ha; Meta (2016): 150 há. ▪ Grupos de associações de gestão de água organizados. Baseline (2011): 1 associação; Meta (2016): 20 associações.

^{5/} Dado que o apoio da FAO em assistência técnica é geralmente integrado e se destina a programas e iniciativas governamentais mais vastas, nem sempre a contribuição directa ou indirecta resultante das suas actividades pode ser capturada ou mensurada em termos quantitativos precisos ou em alterações nos indicadores directamente atribuídas ou ligadas às actividades da FAO. Na medida do possível, contudo, foram especificados indicadores quantitativos para as áreas onde eles estão disponíveis ou podem ser estabelecidos.

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-setor/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorada a capacidade para implementar políticas e planos de uso e gestão de recursos naturais, em particular terras, florestas e pescas. 		Produção Animal e Saúde Animal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de inseminações artificiais por espécie. Baseline (2011): 35 caprinos; Meta (2016): 2500 bovinos e 2000 caprinos. ▪ Número de técnicos formados (dos serviços de veterinária e outros parceiros) em prevenção e controle das doenças nos animais. Baseline (2011): 42; Meta (2016): 80.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a produção pecuária a nível do sector familiar através da inseminação artificial para o melhoramento de raças ▪ Apoiar o MDR a melhorar a vigilância epidemiológica para detectar e reagir atempadamente a doenças nos animais (Gripe das Aves, Peste Suína Africana e outras) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Campos Escolas operacionais. Baseline (2011): 4; Meta (2016): 30 - 40. ▪ Número de extensionistas agrários formados na metodologia Campo Escola. Baseline (2011): 25; Meta: 40.
		Extensão Agrícola	
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar e consolidar os serviços de extensão agrária através da expansão da metodologia Campo Escola (<i>Field Farmer School</i>) ▪ Capacitar os extensionistas agrários em questões relativas aos Campos Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de estudos de caso sobre conflitos de terras. Baseline (2011): 0; Meta (2016): mínimo de 5.
		Terras	
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR na coordenação e desenvolvimento de um quadro comum sobre a temática terra para melhorar a segurança fundiária das famílias rurais ▪ Reforçar a pesquisa sobre conflitos de terra, para apoiar as actividades de formação e para preparar propostas de revisão da legislação sobre terras e regulamentos relacionados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de comunidades com planos de gestão para recursos florestais. Baseline (2011): 1; Meta (2016): 5 – 10. ▪ Número de guardas florestais comunitários treinados e a operar. Baseline (2011): 197; Meta (2016): 350. ▪ Áreas reflorestadas nas zonas rurais, urbanas/peri-urbanas. Baseline (2011): 67.000 ha, em zonas rurais: e 16.000 ha.. em zonas urbanas e peri-urbanas: Meta (2016): 68.500ha em zonas rurais e 16.500 ha em zonas urbanas e periurbanas.
		Florestas	
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR no estabelecimento de um sistema participativo para o uso e gestão dos recursos florestais a nível das comunidades ▪ Apoiar o MDR fiscalizar a implementação da legislação de florestas e de gestão dos recursos naturais ▪ Apoiar o desenho e a implementação de novos programas de reflorestação nas áreas rurais e nas zonas urbanas e peri-urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento no volume de capturas pelo sector de pesca artesanal. Baseline (2011): 1716 ton ; Meta (2016): 2210 ton. ▪ Aumento no volume e valor de comercialização inter-ilhas de
	Pescas		
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MIEM e o INDP a conceber e implementar projectos para o desenvolvimento e melhoramento de tecnologias de pesca artesanal (instalação de DCPs e outros) e na organização de associações de 		

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
		pescadores <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer uma infra-estrutura piloto de rede de frio e capacitar os parceiros para melhorar e facilitar o manuseamento, conservação, processamento e comercialização de pescado ▪ Apoiar o MIEM na concepção e implementação de mecanismos de vigilância da pesca ilegal ▪ Desenvolver programas de formação em aquacultura e identificar e instalar unidades demonstrativas de produção para o cultivo de peixe, conservação pós-captura e comercialização 	pesca. Baseline (2011): a definir; Meta (2016): aumento de 10-15%. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de técnicos do MIEM e das instituições portuárias relacionadas treinados na aplicação de mecanismos de vigilância da pesca ilegal. Baseline (2011): 0; Meta (2016): mínimo de 10. ▪ Número de unidades pilotos de aquacultura para produção estabelecido. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 5.
Melhorado o acesso a Alimentos em função do desenvolvimento de mercados agrícolas, comércio e agro-processamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitada a comercialização de alimentos e mercadorias 	Ligações Produtor - Mercado <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o INDP a formular um programa de instalação de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal (centros de desembarque, processamento e de comercialização de pescado) ▪ Assistir aos Municípios no planeamento e reorganização/ reabilitação de mercados urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de instalação de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal. Baseline (2011): 3 - 6; Meta (2016): 10 – 15. ▪ Reorganização/reabilitação de mercados urbanos. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 3.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzidas as perdas pós-colheita ao nível dos pequenos produtores 	Gestão Pós-Colheita <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover tecnologias apropriadas (secagem, processamento simples) para processar e preservar frutas, vegetais, legumes e tubérculos a nível doméstico/comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de cursos de formação em gestão e processamento pós-colheita de produtos. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 10. ▪ Número de unidades de recolha e tratamento de produtos agro-pecuários construídos e em funcionamento. Baseline (2011): 1; Meta (2016): 5.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorado o agro-processamento e apoiada a agro-indústria e a qualidade dos produtos 	Desenvolvimento de Cadeias de Valores <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR na prestação de serviços para desenvolver cadeias de valores e agro-indústrias de pequena escala ▪ Introdução de parcerias públicas/privadas para o agro- processamento a pequena escala 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de técnicos treinados na metodologia de cadeias de valores. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 15 – 20. ▪ Número de novas parcerias públicas/privadas para o agro-processamento. Baseline (2011): 0; Meta (2016): 10.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçado e 	Sistema Nacional de Segurança Sanitária de Alimentos	

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-setor/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
	operacionalizado um sistema nacional de segurança sanitária de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fornecer apoio técnico ao grupo de trabalho de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) para promover e implementar procedimentos de segurança sanitária de alimentos e harmonizar regulamentos de acordo com os quadros internacionais (Codex com referência OMC) ▪ Apoiar a ARFA e instituições relacionadas a reforçar os sistemas de controlo da qualidade dos alimentos, incluindo legislação e inspecção, laboratórios para controlo, informação sobre segurança e qualidade dos alimentos, e implementação de quadros de análise de risco 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de procedimentos e regulamentos nacionais harmonizados com os quadros internacionais do SPS. Baseline (2011): 3; Meta (2016): 9. ▪ Número de cursos e de técnicos formados na área de controlo de qualidade dos alimentos. Baseline (2011): 85 técnicos em 3 cursos Meta (2016): 330 técnicos e 200 produtores formados (em 10 cursos).
Estabilidade da oferta de alimentos em função de uma melhor gestão dos riscos associados às calamidades	Melhorada a capacidade nacional para analisar e gerir calamidades, adaptação às mudanças climáticas e riscos, incluindo os riscos ambientais	Recursos Naturais e Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de avaliações e estudos de base sobre o impacto das mudanças climáticas. Baseline (2011): 2 comunicações nacionais sobre mudanças climáticas; Meta (2016): 3. ▪ Número de planos de desenvolvimento ao nível das ilhas com preocupações ambientais. Baseline (2011): 22 Planos Ambientais Municipais (PAM); Meta (2016): Actualização dos 22 PAMs, no quadro do PANA 3.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar assistência na avaliação do impacto das mudanças climáticas na agricultura, florestas, pescas e modo de vida das famílias das zonas rurais ▪ Promover a inclusão de questões ambientais nos planos de desenvolvimento ao nível das ilhas. 	
		Gestão de Pesticidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Legislação sobre venda e comercialização de pesticidas. Baseline (2011): Legislação disponível, já desactualizada; Meta (até 2013): legislação revista e publicada. ▪ Estudo de base sobre as práticas actuais de utilização de pesticidas, embalagens/contentores, etc. Baseline (2011): Um estudo foi realizado. Meta (até 2014/2015): Estudo revisto e actualizado. ▪ Número de normas técnicas de gestão de pesticidas harmonizadas com o Código de Conduta sobre o Uso e Distribuição de Pesticidas. Baseline (2011): 0; Meta (2016): mínimo de 2 - 3.
Programas de segurança alimentar para reforçar a segurança alimentar e	Aumentada a capacidade de implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA)	Segurança Alimentar e Direito à Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da ENSA publicada em 2012/2013. ▪ Sistema integrado de informação sobre segurança alimentar e nutrição. Meta: formulado e operacional em 2012/2013. ▪ Seminário sobre o Direito à Alimentação para membros do governo envolvidos na formulação e decisão de políticas, Meta: em 2012/2013.

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-setor/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
nutricional dos agregados familiares e o direito a alimentos		<p>junto do <i>policy makers</i> e organizações da sociedade civil para a sua implementação no contexto da ENSA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenhar e formular o próximo ciclo do ENSA ▪ Estudo sobre a vulnerabilidade alimentar nos meios urbano e rural ▪ Apoio à implementação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo ciclo da ENSA preparada e validada em 2013/2014.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior educação sobre nutrição incorporada no Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE) 	<p>Nutrição</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar e aumentar o acesso dos alunos das escolas primárias a uma refeição equilibrada nas escolas e jardins-de-infância ▪ Identificar e aplicar as oportunidades para diversificar as refeições escolares com produtos locais e a criação de oportunidades económicas para os produtores locais ▪ Reforçar os conhecimentos e competências dos alunos do primário em matéria de alimentação, de agricultura e de ambiente com a implementação de jardins escolares educativos ▪ Reforçar o conhecimento e as competências, dos alunos e dos funcionários das escolas, em nutrição e higiene alimentar com a integração da nutrição nos programas escolares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma política e uma estratégia nacionais para as cantinas escolares definidas. Baseline (2011): draft; Meta (2013): publicada. ▪ Funcionários do FICASE treinados em termos de planificação e gestão do PNAE. Baseline (2011): 0; Meta (2014): 20. ▪ Estratégia para o aprovisionamento em produtos locais às cantinas escolares identificada, testada (projectos piloto) e documentada. Baseline (2011): 0; Meta (2013): publicada e implementada. ▪ Projectos piloto para organizar as fileiras de produção local que respondam às necessidades das cantinas escolares implantados e documentados. Baseline (2010): 0; Meta (2015): mínimo de 10. ▪ Uma estratégia e directivas para a implementação, a gestão e o seguimento/avaliação das hortas escolares definida e aplicada. Baseline (2011): não; Meta (2015): publicada e implementada. ▪ Hortas escolares (modelo) criadas enquanto suporte educativo para a educação agrícola, ambiental e nutricional e a introdução de novas tecnologias. Baseline (2011):0; Meta (2015): mínimo de 100. ▪ A educação nutricional nas escolas integrada nos currículos escolares. Baseline (2011): não; Meta (2015): implementada. ▪ A nutrição e os métodos de educação nutricional integrados em programas de formação de professores (pré-serviço e em serviço). Baseline (2011): não; Meta (2015): integrada. ▪ Manuais de nutrição para as escolas do ensino primário. Baseline (2011): não; Meta (2015): produzidos, distribuídos e utilizados.
Apoio normativo, político e	<p>Apoio Político e Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçada a capacidade nacional para avaliação, formulação e 	<p>Políticas e Estratégias</p> <p>Apoiar o Governo na formulação, revisão, actualização e</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do PNIA. Baseline (2011): em curso; Meta (2016): completada e avaliada.

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-sector/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
institucional, aos sectores público e privado e apoio a temas transversais relevantes para os sectores da agricultura, gestão dos recursos naturais, desenvolvimento rural e segurança alimentar.	harmonização de políticas e planos, tanto a nível central como local	implementação de políticas, estratégias, legislação e planos, particularmente nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Nacional de Investimento Agrícola (ECOWAP/CAADP) ▪ UNDAF/Programa Comum do SNU 2012-2016 ▪ Actualização da legislação relativa à saúde animal e qualidade dos alimentos de origem animal, e sua harmonização com os padrões e acordos internacionais ▪ Apoiar a DSSA na formulação da Lei do Direito Humano à Alimentação Adequada ▪ Planos de desenvolvimento descentralizados (nível Concelho ou ilha) com integração de questões relacionadas com segurança alimentar, meio ambiente e mudanças climáticas. ▪ Legislação de pesca marítima em conformidade com os acordos regionais e internacionais ▪ Apoiar a promoção de realização de uma mesa redonda com os parceiros sobre o PNIA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do UNDAF. Baseline (2011): em curso; Meta (2016): completada e avaliada. ▪ Legislação sobre pecuária e sanidade animal. Baseline (2011): revista e harmonizada com os padrões internacionais. Meta (2012): Aprovada e publicada. ▪ Legislação sobre qualidade dos alimentos de origem animal. Baseline (2011): 0. Meta (2014): Redigida e aprovada. ▪ Lei do Direito Humano a Alimentação Adequada. Meta (até 2013): proposta de lei submetida ao MDR. ▪ Número de planos de desenvolvimento descentralizados. Baseline (2011): 4 PADA; Meta (2016): 9. ▪ Legislação sobre pesca marítima. Meta: revista e harmonizada com os padrões internacionais até 2014.
	Apoio Normativo	Estatísticas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o INE e o MDR no seguimento e na avaliação da produção agropecuária e das pescas, permitindo melhor conhecer a efectiva contribuição do sector agrícola, pecuária e das pescas, na constituição do PIB ▪ Apoiar o INE e o MDR a organizar, implementar e analisar o Censo Agro-Pecuário (CAP) de 2014 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuição do sector agrícola, pecuária e de pescas no PIB actualizado e propriamente reflectido até 2013. ▪ CAP. Meta: CAP preparado até 2013, realizado em 2014 e resultados finais publicados em 2015.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disseminadas e aplicadas normas internacionais e melhores práticas agrárias e de uso sustentável dos recursos naturais e 	Convenções e Protocolos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a participação de representantes do Comité Nacional do <i>Codex Alimentarius</i> em encontros/conferências internacionais ▪ Apoiar o Governo de Cabo Verde a aderir a convenções e tratados internacionais relevantes para o mandato da FAO (Convenção de Roterdão, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Internacional sobre os Recursos Genéticos

Objectivos Prioritários Nacionais	Resultados	Actividades Prioritárias (por sub-setor/área temática)	Indicadores-chave (reflectindo o apoio directo/indirecto da FAO) ^{5/}
	ratificados e implementados Protocolos e Convenções internacionais.	Fitossanitários, Tratado Internacional sobre os Recursos Genéticos das Plantas para a Alimentação e Agricultura, Código Internacional de Conduta sobre a Distribuição e Uso de Pesticidas, Código de Conduta de Pescas Responsáveis e o Acordo sobre a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, etc.)	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiado o Governo nas actividades de advocacia de questões importantes para a FAO e para o Sistema das Nações Unidas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a observância do Dia Mundial da Alimentação, do Dia Mundial da Mulher Rural, do Dia das NU, do Ano Internacional de Cooperativas – 2012, e celebração de outros dias e anos internacionais de importância para a FAO e para o sistema das Nações Unidas, campanhas de <i>Telefood</i>, Aliança Nacional e Internacional Contra a Fome, etc. ▪ Advogar e implementar os princípios da Cooperação Técnica entre Países em Vias de Desenvolvimento (TCDC) e da Cooperação Sul-Sul (SSC) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dia Mundial da Alimentação e outros dias e anos internacionais das NU celebrados. Meta: Anualmente observados ao nível do sistema das NU. ▪ Número de consultores contratados em regime de TCDC e SSC para a prestação de assistência técnica. Baseline (2011): 0 - 5; Meta (2016): 10 – 15.
Género			
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentados, legalmente reconhecidos e exercidos os direitos das mulheres à terra e aos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o MDR e outros a conceber pacotes de formação sobre os direitos das mulheres à terra e recursos naturais ▪ Desenvolver um sistema de M&A sensível em termos de género, relativamente aos recursos de água e gestão da terra, incluindo a recolha e disseminação de dados desagregados por sexo ▪ Apoiar tecnicamente o MDR e demais parceiros de implementação a integrar questões de género na formulação e implementação dos seus programas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de funcionários de administrações locais treinados em género e direitos das mulheres à terra e aos recursos naturais. Baseline (2011/2012): 15 - 20; Meta (2016): 30 - 40. ▪ Sistema de M&A a nível regional com a participação de Cabo Verde. Baseline (2011): não existe; Meta (2016): sistema M&A operacional. ▪ Número de acções de formação realizadas visando integrar as questões de género em programas nacionais. Baseline (2011): 0 Meta (2016): No mínimo, 5 acções de formação.
HIV-SIDA			
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçada a capacidade dos parceiros para integrar as questões relativas ao HIV/SIDA em estratégias e programas nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar tecnicamente o MDR e demais parceiros de implementação a integrar acções de mitigação do HIV/SIDA na formulação e implementação dos seus programas, com ênfase as associações rurais e de jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão de comunicação e mensagens nas formações, publicações, manuais, etc. Baseline (2011): não incluído e integrado; Meta (2016): incluído e integrado em 75% dos programas.